



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 119/2022, de 24/01/2022 a 23/02/2022

Este formulário deverá ser anexado como documento de contribuição na plataforma de Consultas Públicas do site do Ministério de Minas e Energia (<http://antigo.mme.gov.br/web/guest/servicos/consultas-publicas>), dentro do período estabelecido.

Apenas serão consideradas válidas as contribuições encaminhadas através do Portal de Consulta Pública do Ministério de Minas e Energia durante o prazo de vigência da Consulta Pública. Documentos recebidos fora do padrão disponibilizado não serão priorizados na análise. A análise das contribuições recebidas será publicada posteriormente.

Contribuições para aprimoramento da minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2031 (PDE 2031)

Nome: Clube de Engenharia

Instituição: Clube de Engenharia

setor público

setor privado

organização não governamental

instituição de pesquisa/ensino

organizações sociais

outros

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
		Comentários geral em texto anexo		



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA

* Para que seja possível identificar todas as sugestões, não há limite de linhas. Caso necessário, favor incluir mais linhas para suas sugestões.

Considerações sobre o Plano Decenal de Energia 2031. Divisão Técnica de Energia- Clube de Engenharia

James Bolivar Luna de Azevedo.

O setor energético de um país é de uma complexidade muito grande, sendo que no Brasil isto se torna mais relevante por suas dimensões, sua grande e dispersa população, sua riqueza em recursos energéticos, sua logística para utilização nas atividades econômicas e sociais e também pela situação geográfica do país que dificulta o intercâmbio com outras nações. Um setor energético racional que propicie ao país uma modicidade de tarifas e preços, uma garantia de abastecimento por longo prazo, a maior autossuficiência possível e que seja ambientalmente sustentável é imprescindível para a garantia do crescimento econômico e para o bem-estar da população. É necessário que o setor energético, incessantemente, caminhe para o atingimento destes quatro pilares fundamentais.

O Plano Decenal 2031 é uma peça de planejamento importante e necessária para o desenvolvimento brasileiro e é louvável o esforço do Ministério de Minas e Energia-MME e da Empresa de Pesquisa Energética-EPE para a sua elaboração. Nota-se que a cada edição o Plano vem acrescentando mais informações e apresentando novas análises tornando-o um rico elemento de consulta e de orientação para as autoridades e os agentes do setor tomarem decisões de forma correta e objetiva. No entanto, a título de contribuição para a melhoria do processo de planejamento torna-se importante uma crítica construtiva ao documento para que a atual e as próximas edições sejam enriquecidas e possam atingir com mais assertividade os seus objetivos.

Uma primeira consideração que se faz ao documento é que o mesmo não apresenta um diagnóstico profundo sobre a situação atual do setor energético nacional. Quem não conhece profundamente o seu presente não pode querer delinear o futuro com a precisão almejada. O Balanço Energético Nacional-BEN que sistematicamente apresenta estatísticas sobre o setor e consolida e analisa a Matriz Energética Brasileira-MEB é, imprescindivelmente, um instrumento a ser utilizado com esta finalidade. Porém, o BEN é um documento que não reúne todas as informações necessárias para se fazer um diagnóstico integrado e preciso sobre a conjuntura energética nacional. Elenco três instrumentos que deveriam estar sistematicamente operacionalizados para que se pudesse fazer as análises de forma integrada e também setoriais (energia elétrica, petróleo, gás etc.): O Balanço de Energia Útil, A Matriz de Preços de Energéticos e o Estudo das Cadeias Energéticas. Desenvolvimentos iniciais destes instrumentos começaram a ser feitos na EPE, mas parece que não deram continuidade ao processo.

Sem estes instrumentos não se pode saber, por exemplo, quão ineficiente é a matriz energética brasileira em função de processos inadequados de produção, transformação, transporte e uso pelos consumidores finais. Não dá para se analisar a competitividade entre os energéticos. Não dá para saber de forma precisa quais consumidores, ou mesmos, setores da economia estão sendo prejudicados pela falta de uma política de preços ou tarifas que propicie a esperada modicidade. Como consequência teremos, sem dúvida, aumentos de custos para a economia e um elevado comprometimento da renda e do bem-estar das famílias brasileiras.

Isto tudo ganha amplitude levando-se em consideração que a maioria dos processos energéticos, sejam produtivos, comerciais e de distribuição de energia são monopólios estatais ou privados ou são processos onde não há uma competição saudável entre os agentes que participam dos mesmos.

É importantíssimo, então, que o Plano Decenal faça uma análise profunda sobre a conjuntura energética nacional diagnosticando os problemas que afetam a produção, a transformação o transporte e a disponibilização dos energéticos ao consumidor final. Com isto será possível mensurar adequadamente a situação atual dos quatro pilares fundamentais do planejamento, já mencionados, e de outros fundamentos que norteiam e balizam o planejamento. Também torna possível estabelecer metas decenais mais factíveis de serem atingidas. Sem isto, ficam comprometidos os resultados que o Plano venha a estabelecer para o horizonte decenal.

O diagnóstico a que for submetida a matriz energética atual, deve também ser feito para a matriz futura proposta pelo Plano 2031. Isto possibilitará a avaliação da assertividade das ações e das medidas estabelecidas no plano para se atingir as metas previstas para os quatro pilares fundamentais e também para as metas estabelecidas para cada setor individualmente: eletricidade, petróleo, gás, etc.

Outras questões também devem ser discutidas. Uma delas diz respeito à natureza do Plano 2031. Embora seja um plano dito indicativo, medidas normativas atuais e futuras devem ser elencadas e acompanhadas, principalmente aquelas que dizem respeito a empreendimentos estruturantes do setor. Um plano não pode ser puramente indicativo, caso contrário ele perde o sentido. Uma outra seria ter no plano uma análise dos desvios relativos às propostas apresentadas no plano imediatamente anterior. Isto permitirá uma avaliação crítica do que foi estabelecido anteriormente e estará assegurado que o planejamento terá uma sequência lógica ao longo do tempo.

Também não se pode deixar de tecer comentários a respeito da metodologia que foi adotada. Em suma, a metodologia estabelece as demandas por energia secundária dos diversos setores da economia e da sociedade calculadas, basicamente, com base em correlações com os parâmetros de crescimento econômico do país, como PIB, elasticidade-renda, intensidade energética, etc. A partir das demandas estabelecidas, se calculam as necessidades de energéticos primários, centros de transformações etc. para cada setor (Eletricidade, petróleo, gás, etc).



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Esta metodologia que vem tradicionalmente sendo empregada, já se encontra inapropriada para ser utilizada, principalmente levando-se em conta a crescente complexidade do setor energético do país. Ela não permite, por exemplo, que seja feito um planejamento integrado de demanda e oferta de energia. Para isto, se torna necessário muito mais informações, como: preços, rendimento dos processos, análise da competitividade dos energéticos nos usos primários, secundários e finais. A análise da competição entre energia elétrica e o gás natural, que ocorre em inúmeros processos que fazem parte da matriz energética, desde os usos primários até o uso final, é imprescindível que seja feita.

Além disso, na próxima década já é consenso que o setor energético mundial evoluirá para se tornar mais sustentável e que isto provocará grandes transformações, principalmente no que toca à demanda por energia. Por exemplo, o uso de energia elétrica nos meios de transporte já começou e a cada ano ganha mais intensidade. Este, como também outros efeitos, devem ser profundamente estudados neste plano decenal ou no próximo. Não pode ser negligenciado.

Como pode ser visto, o Plano Decenal necessita, conceitual e metodologicamente, de aprimoramentos para analisar com propriedade a complexidade e as transformações que ocorrerão no setor energético nacional. Também deverá sinalizar para os agentes, órgãos e entidades que operam e comercializam energia as necessárias modificações que deverão fazer em seus critérios, métodos e procedimentos para acompanharem as esperadas transformações.

Os comentários aqui apresentados dizem respeito aos aspectos gerais do plano e não examina as questões setoriais, que são inúmeros e de uma expertise muito grande. Seguramente as associações, os agentes, empresas e os profissionais do setor darão suas devidas e abalizadas contribuições específicas.

Observação: texto preparado para A Divisão de Energia do Clube de Engenharia. (02/2022).